

## Detalhe de Oferta de Emprego

### Caracterização da Oferta

**Código da Oferta:** OE201902/0136

**Tipo Oferta:** Procedimento Concursal de Regularização

**Estado:** Expirada

**Nível Orgânico:** Ministério da Saúde

**Orgão / Serviço:** Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

**Vínculo:** CTFP por tempo indeterminado

**Regime:** Carreiras Gerais

**Carreira:** Assistente Técnico

**Categoria:** Assistente Técnico

**Grau de Complexidade:** 2

**Remuneração:** 683.13

**Suplemento Mensal:** 0.00 EUR

**Caracterização do Posto de Trabalho:** Abertura e encerramento das instalações; atendimento personalizado e telefónico; tratamento da correspondência postal e eletrónica; gestão do aprovisionamento da CDT; processamento administrativo dos processos contraordenacionais e as demais diligências administrativas superiormente solicitadas.

### Requisitos de Admissão

**Relação Jurídica:** Sem Relação Jurídica de Emprego Público - Reconhecimento de Vínculo Precário

a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) 18 anos de idade completos;

**Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:** c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;

e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

**Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP:** DISPENSADA, nos termos do n.º1 do artigo 9.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro

**Habilitação Literária:** 12º ano (ensino secundário)

### Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência de Aveiro	1	Rua de Espinho, n.º 29 - Bairro Santiago		3810114 AVEIRO	Aveiro	Aveiro

**Total Postos de Trabalho:** 1

### Nº de Vagas/ Alterações

### Formação Profissional

**Outros Requisitos:****Formalização das Candidaturas**

---

**Envio de Candidaturas para:** Para CDT de Aveiro Rua de Espinho nº 29 Bairro de Santiago 3810-114 Aveiro

**Contacto:** 234004400

**Data Publicitação:** 2019-02-06

**Data Limite:** 2019-02-20

**Texto Publicado**

---

**Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social:**

**Texto Publicado em Jornal Oficial:** AVISO Abertura de procedimento concursal comum para o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho do Mapa de Pessoal da Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência de Aveiro, na modalidade jurídica de emprego público por tempo indeterminado, restrita a candidatos abrangidos pelo Programa de Regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP) 1. Nos termos do disposto nos artigos 9º e 10º da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 04/02/2019, se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias a contar da data da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho, previsto no Mapa de Pessoal para 2019 das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência, da carreira e categoria de Assistente Técnico. 2. Legislação aplicável: Lei nº 117/2017, de 29 de dezembro (PREVPAP); Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria nº 145/2011, de 6 de abril e Código de Procedimento Administrativo. 3. Local de Trabalho: Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência de Aveiro. 4. O procedimento concursal destina-se à ocupação de 1 (um) do Mapa de Pessoal da Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência de Aveiro, na modalidade de Contrato em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, nos termos do artigo 40º da LTFP. 5. Descrição sumária das funções por categoria / carreira e número de posto de trabalho por função: O conteúdo funcional da carreira e categoria de Assistente Técnico com as funções constantes do anexo à LTFP, mencionado no nº 2 do artigo 88º da referida Lei. 6. Fundamentos para a abertura do procedimento concursal comum: O presente procedimento concursal é aberto no âmbito do PREVPAP, para regularização das situações de trabalho precário previstas no artigo 3º da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro. 7. Descrição sumária das funções: Abertura e encerramento das instalações; atendimento personalizado e telefónico; tratamento da correspondência postal e eletrónica; gestão do aprovisionamento da CDT; processamento administrativo dos processos contraordenacionais e as demais diligências administrativas superiormente solicitadas. 8. Habilitações Literárias exigidas: 12º ano de escolaridade 9. Posição remuneratória: O posicionamento remuneratório é determinado nos termos do disposto na alínea b) do artigo 12º da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro, sendo atribuída a primeira posição remuneratória da carreira de Assistente Técnico e nível remuneratório 5 da tabela única, que corresponde ao montante pecuniário de 683,13€; 10. Requisitos de admissão relativos ao trabalhador: 10.1 Exerça ou tenha exercido funções que correspondam ao conteúdo funcional da carreira/categoria a concurso, sem o vínculo jurídico adequado reconhecido nos termos do artigo 3º da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro. 10.2 Ser detentor dos requisitos cumulativos, enunciados no artigo 17º da LTFP: a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição Portuguesa por Convenção Internacional ou por Lei especial; b) 18 anos de idade completos; c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe a desempenhar; d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções; e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória. 10.3 Possuir as habilitações constantes do ponto 8 do presente aviso. 10.4 No presente procedimento concursal não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiências profissionais, nos termos do nº 2 do artigo 8º da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro. 11. A forma e prazo de apresentação das candidaturas: 11.1 Prazo: 10 (dez) dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP) e na Página eletrónica do

SICAD, em [www.sicad.pt](http://www.sicad.pt) ; 11.2 Forma: As candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento de formulário tipo, disponível no sítio da internet SICAD, em [www.sicad.pt](http://www.sicad.pt) , até às 24h00 do último dia do prazo para apresentação das candidaturas ou por correio registado com aviso de receção endereçado à Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência de Aveiro, sita na Rua de Espinho, n.º 29 Bairro de Santiago 3810-114 Aveiro, valendo a data aposta no registo como data de envio para efeitos de cumprimento do referido prazo na alínea anterior; 11.3 No formulário de candidatura são de preenchimento obrigatório: identificação do procedimento concursal objeto da candidatura (ex:OE0000); identificação do candidato (nome, data de nascimento, nacionalidade, número de identificação fiscal, residência, telefone e endereço eletrónico); habilitações académicas e profissionais; decisão de reconhecimento prévio do vínculo precário. 11.4 Com a candidatura devem ser entregues os seguintes: a) Fotocópia do certificado de habilitações; b) Fotocópia dos certificados ou comprovativos de ações de formação realizadas com relevância para o posto de trabalho objeto de candidatura; c) Currículo detalhado e atualizado, datado e assinado; d) As menções, qualitativas e quantitativas, obtidas nas avaliações de desempenho dos últimos três anos, se aplicável. 11.5 Nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 28º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua redação atual, a não apresentação dos documentos atrás referidos determina a exclusão dos candidatos. 12. Assiste ao júri a faculdade de exigir aos candidatos, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações. 13. Métodos de seleção: O método de seleção a utilizar será a avaliação curricular, caso haja mais do que um candidato ao mesmo posto de trabalho, os métodos de seleção serão a avaliação curricular e entrevista profissional de seleção. 13.1 A avaliação curricular é valorada de acordo com a escala de 0 a 20 valores, considerando a valorização às centésimas. Visa avaliar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e a avaliação de desempenho obtida. Para tal, serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho, nomeadamente: as habilitações académicas, a formação profissional, a experiência profissional e o tempo de desempenho no período anterior, no exercício de funções caracterizadoras do posto de trabalho a concurso; 13.2 Entrevista de seleção profissional de seleção: A entrevista profissional de seleção visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e os aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal. 13.3 São motivos de exclusão do presente procedimento: a) O incumprimento dos requisitos mencionados neste aviso, sem prejuízo do demais legal ou regularmente previstos; b) A obtenção de uma valorização inferior a 9,5 valores na avaliação curricular; c) A não comparência à entrevista de seleção profissional de seleção (quando aplicável); d) A obtenção de uma valorização final inferior a 9,5 valores, quando haja lugar à aplicação dos dois métodos de seleção, resultado do emprego da fórmula da alínea b) do ponto 13.4 13.4 Classificação: a) A classificação final será expressa de 0 a 20 valores, com arredondamento às milésimas; b) Quando haja lugar à aplicação dos dois métodos de seleção, a CF será expressa de igual modo, de 0 a 20 valores, com arredondamento às milésimas, a qual resulta da aplicação da seguinte fórmula:  $CF = (55\%) AC + (45\%) EPS$  CF= Classificação final; AC = Avaliação Curricular (artigo 6º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação atual); EPS = Entrevista de Profissional de Seleção (artigo 7º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação atual). 13.5 No caso em que haja lugar a entrevista profissional de seleção, os candidatos são convocados nos termos do artigo 32º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro e por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30º da referida Portaria, mas preferencialmente, por correio eletrónico, de acordo com o n.º 8 do artigo 10º da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro, indicando o dia, hora e local da realização do mencionado método de seleção. 13.6 A publicitação dos resultados obtidos na avaliação curricular ou após aplicação dos dois métodos de seleção, quando aplicável, é efetuada através de lista ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público nas instalações do SICAD e na sua página eletrónica. 13.7 Haverá lugar à audiência de interessados, nos termos do Código de Procedimento Administrativo, após aplicação de todos os métodos de seleção e antes de ser proferida a decisão final. Os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, mas preferencialmente, por correio eletrónico, nos termos do n.º 7 e 8 do artigo 10º da Lei nº 117/2017, de 29 de dezembro. 13.8 As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada uma dos métodos a utilizar, a grelha classificativa e os sistema de valorização final

do métodos, serão facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas. 13.9 A lista de classificação final dos candidatos é publicada na página eletrónica do SICAD, após aplicação dos métodos de seleção. 13.10 O procedimento concursal tem caráter urgente, prevalecendo as funções próprias do júri sobre quaisquer outras. 14. Composição e identificação do júri: Presidente – Helena Sofia Pires de Almeida, Presidente da CDT de Aveiro. 1º Vogal Efetivo – Gabriela Brígida Resende Cierco, Vogal da CDT de Aveiro. 2º Vogal Efetivo- Elsa Maria Neto da Silva Fontoura, assistente técnica na CDT de Aveiro. 1º Vogal Suplente – Carla Liliana Alves Coelho, técnica superior na CDT de Aveiro. 2º Vogal Suplente – Paula Isabel Baptista dos Santos e Paiva, técnica superior na CDT de Aveiro. 15. A lista de classificados, após homologação, é publicitada na Bolsa de Emprego Público; afixada em lugar público e visível nas instalações da CDT de Aveiro, e disponibilizada na respetiva na respetiva página eletrónica; sendo ainda publicado um aviso na 2ª série do Diário da República, com a informação sobre a sua publicitação, nos termos do nº 6 do artigo 36º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação. 16. Nos termos do disposto no nº 4 do artigo 10º da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro, o presente aviso é publicitado na Bolsa de Emprego Público ( [WWW.bep.gov.pt](http://WWW.bep.gov.pt) ) e na página eletrónica do SICAD. 04 de fevereiro de 2019 – O Diretor-Geral, João Castel-Branco Goulão

#### Observações

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

#### Alteração de Júri

#### Resultados

#### Questionário de Terminó da Oferta

##### Admitidos

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total Com Auxílio da BEP:

##### Recrutados

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total Portadores Deficiência:

Total Com Auxílio da BEP: